

REVISTA DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Coelho, Carlos Meireles (1980). **Inadaptação do sistema escolar português.**
Revista da Universidade de Aveiro: série Ciências da Educação, Ano I, n.º 1,
87-96.



SÉRIE •

CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ANO 1

•

N.º 1

•

1980

REVISTA DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

SERIE — CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ANO I * Nº 1º * 1980

DIRECTOR: *João Evangelista Loureiro*

SUB-DIRECTOR: *Evaristo Vicente Fernandes*

CHEFE DE REDACÇÃO: *Filipe Rocha*

SECRETARIA DE REDACÇÃO: *Maria de Fátima Carvalho Lopes*

CORPO REDACTORIAL: *João Evangelista Loureiro, Filipe Rocha, José Tavares, Evaristo Fernandes, Carlos Galaricha, Maria Helena Amorim, Maria Teresa Nazareth, Manuel Alte da Veiga, Benjamim Fontes, Maria de Fátima Carvalho Lopes, Luis de Pinho, António Moderno, Carlos Meireles Coelho, Ana Paula Ma-não, Maria Helena Ançã, Armando de Oliveira, Jorge Arroiteia, Luís Pardal e Pierre Colombier.*

Periodicidade: dois números por ano.

A colaboração não solicitada fica sujeita à programação de cada número.

ENDEREÇO PARA A CORRESPONDÊNCIA:

Revista da Universidade de Aveiro

Série — Ciências da Educação

Departamento de Ciências da Educação

Universidade de Aveiro

3800 Aveiro - Portugal

S U M Á R I O

- NOTA DE ABERTURA	5
- EDITORIAL	7
- EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS DOCENTES DOS ENSINOS PREPARATÓRIO E SECUNDÁRIOS NOS ÚLTIMOS ANOS João Evangelista Loureiro	9
- PERFIL PSICOSSOCIOLOGICO E ANALITICO DO PROFESSOR HUMANISTA Evaristo Vicente Fernandes	33
- RUMO AOS DIREITOS DA CRIANÇA Filipe Rocha	63
- INADAPTAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR PORTUGUÊS Carlos Meireles Coelho	87
- NOTAS E COMENTÁRIOS	97
- FICHEIRO DE REVISTAS	113
- RECENSÕES	117

Rev.Uni.Aveiro	Série C.Educação	Ano I,nº1	P.87-96	Aveiro 1980
----------------	------------------	-----------	---------	-------------

INADAPTAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR PORTUGUÊS

POR

CARLOS MEIRELES COELHO*

* Assistente da Universidade de Aveiro

Coelho, Carlos Meireles (1980). **Inadaptação do sistema escolar português.** *Revista da Universidade de Aveiro: série Ciências da Educação*, Ano I, n.º 1, 87-96.

Resumo:

Em 1979, Ano Internacional da Criança, a reforma Veiga Simão (1973) não chegou a ser implementada e o sistema educativo português, apesar de algumas alterações pontuais após o 25 de Abril, encontra-se sem uma estrutura coerente para resolver os problemas dos mais de 3 milhões de crianças que temos: mantém-se um sistema selectivo, marginalizador e eliminatório para apurar os 5% que entrarão na universidade. O insucesso escolar atinge níveis inadmissíveis. Para a população considerada «inadaptada» não há lugar na escola nem educação especial. O sistema escolar português apresenta-se, assim, estruturalmente «inadaptado».

Torna-se urgentemente necessário repensar os estudos da Unesco (1974) e da OCDE (1976), na sequência do Projecto Regional do Mediterrâneo, para termos um sistema educativo para todos, onde cada um seja orientado para aquilo por que tem interesse e manifesta aptidões, valorizando a diferenciação curricular e a formação profissional e a pré-profissionalização.

Palavras-chave:

reforma do sistema educativo, democratização da educação, igualdade de oportunidades, sucesso escolar, diferenciação curricular, formação profissional, pré-profissionalização, classes de apoio, pedagogia de apoio, educação especial, formação permanente de professores

INADAPTAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR PORTUGUÊS

Muito se falou, este ano, na criança e, por vezes, mesmo nas suas dificuldades de adaptação a um sistema educativo inadequado. Todos concordaremos, com certeza, em que o nosso sistema educativo não está adaptado à formação dos homens de hoje e muito menos dos cidadãos de amanhã, num Portugal mais justo e mais livre. Se é certo que não poderá ser só a educação que transformará a nossa sociedade, é igualmente certo que nenhuma transformação durável se poderá fazer que não passe pelo sistema educativo. E podemos dizer que hoje, no limiar da década de 80, um sentimento de frustração nos invade a todos em relação às expectativas criadas pela Reforma Veiga Simão e pelo pôs 25 de Abril. O nosso sistema educativo não se adaptou, porque em educação uma reforma demora, pelo menos, 12 anos a pôr em prática, quando bem programada e persistentemente executada, e hoje não temos nem programação nem persistência na execução e os resultados estão à vista. Mas o nosso intuito não é derrotista; pelo contrário, pretendemos ver para agir, para fazermos o que pudermos com realismo, coragem, serenidade e optimismo.

O que estamos nós a fazer dos 3 milhões e meio de crianças (menores) que temos de educar para serem os nossos substitutos, amanhã? Está o nosso sistema educativo a agravar ou a reduzir as desigualdades sociais? Estratifica ainda mais as classes ou favorece uma maior mobilidade social? Para quem é o nosso ensino? Quem e como selecciona a escola?

As crianças que a escola rejeita

Mais do que selectiva, temos uma escola eliminatória, apontada para a Universidade onde poucos *devem* poder chegar e os outros *têm* que ficar pelo caminho. Se antes se procurava uma solução para estes com desvios de preparação profis-

(Texto de apoio à primeira parte da comunicação apresentada no seminário "escola e inadequação", Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, 6 e 7 Dez. 1979).

sional, hoje, com um louvável intuito democratizante, acabou-se com uma preparação precoce; mas o que oferecemos então aos nossos adolescentes? Mesmo sem entrarmos em linha de conta com o abandono numa escola marginalizadora, é impressionante a percentagem progressiva de reprovações num sistema com exagerado grau de selectividade, onde não se apresentam alternativas.

1º ano	219 249	}	507 060	32,8%	
2º ano	287 811				
3º ano	187 743	}	413 953	29,8%	
4º ano	226 210				
5º ano	161 450	}	299 110	28,7%	{ 28,8%
6º ano	137 666				
7º ano	115 158	}	218 829	36%	{ 36%
8º ano	103 671				
9º ano	142 028	}	190 192	47,8%	{ 51,2%
10º ano	48 164				
11º ano	77 018	}	104 550	54,1%	{ 54,6%
(12º) ano	27 532				
					(60,6%) *
					* não colocados

1 - Effectivos e percentagens de reprovações em 1977-78

A anulação das reprovações no 1º e 3º anos da escola primária não veio resolver nada; pelo contrário, deu como resultado mais chumbos, embora a passagem de 14,2% de 76 para 30,1% de 77 possa ter outros factores intervenientes; antes de 74, houve uma percentagem de 28% de reprovações na primária, enquanto que, em 78, essa percentagem foi de 31,4%, apesar de, nesse ano, se terem anulado as reprovações nos primeiros anos das fases. A solução não parece ser a anulação pura e simples das reprovações, pois, mais tarde ou mais cedo, os resultados negativos aparecem e, quanto mais tarde for, mais irreversíveis se tornam. Se o ideal é a anulação das reprovações na escolaridade básica (1º a 8º anos), não é com simples normas ou pura demagogia que isso se pode conseguir, mas como resultado de uma educação diversificada, adaptada e oportuna. Por outro lado, a baixa de reprovações em 75 e 76 mostra-nos um acidente de percurso sem significação durável

para a resolução dos problemas da escola primária. Quanto aos 5º e 6º anos (ciclo), podemos concluir que é a menos negativa das etapas do nosso ensino, parecendo ser o ciclo de 2 anos a unidade pedagógica institucional mais adequada à evolução constante a que estão actualmente sujeitos os sistemas de ensino. O 9º ano tem sido o mais eliminatório e frustrante, devendo por todos os motivos desligar-se do 7º e 8º anos para formar com o 10º ano um ciclo de escolha, orientação e selecção profissional, enquanto o 11º e o 12º constituiriam um ciclo de especialização científica e profissional. Aliás, foi a esta conclusão que se chegou na longa discussão da Reforma Veiga Simão, consagrada na lei 5/73 de 25 de Julho - Lei de Bases do Sistema Educativo (Base IX). Mas

	1º a 4º anos			5º e 6º anos			7º a 12º anos		
77-78	920	013	31,4	299	110	28,7	486	380	43,5
76-77	903	047	30,1	304	855	25,5	469	909	41
75-76	909	014	14,2	302	138	22,1	446	467	36
74-75	918	519	12,6	267	785	23,1	398	456	37,3
73-74	919	026	27,1	272	451	9,6	359	532	27
72-73	922	806	28	249	380	22,7	330	104	42,8

2 - Efectivos e percentagens de reprovações nos últimos anos

a estrutura tem de servir os objectivos da educação; é tempo de deixarmos de ter um sistema de ensino dirigido apenas para 4 ou 5% de cidadãos que hão-de frequentar a Universidade.

As crianças que a escola não recebe

A par da rejeição activa que a escola faz das nossas crianças pela reprovação, verifica-se uma marginalização passiva pelo facto de permitir que progressivamente a maioria não a possa integrar, atingindo ambos os factores conjugados proporções inquietantes numa sociedade que se quer democrática, sensível à desigualdade de oportunidades e preocupada com as camadas mais desfavorecidas, mas sem condições de grandes investimentos na educação a curto prazo. 1980 é o ano de relançar a Reforma do Sistema Educativo, por que um longo caminho há para percorrer no sentido da demo-

cratização do ensino. Comparemos os efectivos por idades e anos escolares.

População			Efectivos escolarizados			
2/3	anos	366 001	5 %	18 443	2/3	anos
4/5	"	346 937	13,3%	46 296	4/5	"
6/7	"	369 644	137,2%	507 060	1º/2º	"
8/9	"	368 529	112,3%	413 953	3º/4º	"
10/11	"	363 496	63,0%	229 110	5º/6º	"
12/13	"	382 005	57,3% *	218 829	7º/8º	"
14/15	"	368 292	51,6% *	190 192	9º/10º	"
16/17	"	349 701	29,9% *	104 550	11º/12º	"

* é necessário deduzir 32% de adultos a nível 7º-12º anos

3. Distribuição por idades e anos escolares em 77-78

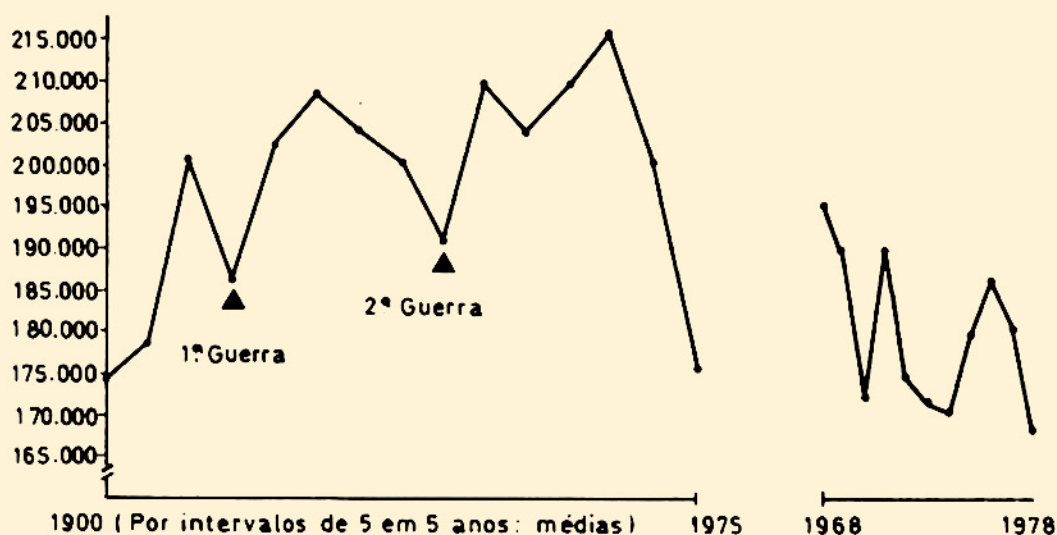
No entanto, só uma distribuição por idades nos pode mostrar se a frequência escolar se faz em tempo oportuno.

		Primário		Ciclo		Secundário
		%		%		%
6	anos	14,1				
7	"	18,4				
8	"	18,3				
9	"	18,5				
10	"	14,2	30,7	12,9		
11	"	8,3		26,5		0,4
12	"	5,1		26,9		4,2
13	"	2,7		17,8		10,7
14	"	0,4	33,7	8,6		13,5
15	"			3,2		14,1
16	"			1,1		13,4
17	"			0,6		11,7
18	e "mais			2,4		32 → 32

4 - Distribuição de percentagens por idades em 77-78

Na primária, temos um excedente de escolarização provocado por um terço de reprovações, terço esse que vai prolongar a sua presença na primária para além dos 10 anos ou vai ser eliminado da escola. No ciclo, a escolaridade *normal* distribui-se pelos 10, 11 e 12 anos, devido à passagem da entrada na escola dos 7 para os 6 anos, verificando-se também aqui, como aliás no secundário, que um terço fica para trás e vai ocupar o lugar dos que saíram já da escola, devendo nós deduzi-los no quadro 3 se quisermos saber, por exemplo, a taxa de escolarização. Temos, assim, uma escola progressivamente selectiva e eliminatória desde os primeiros anos, onde um quarto das crianças são definitivamente marginalizadas.

Uma pedagogia de apoio adaptada aos 30% de crianças que reprovamos no início da escola primária deve constituir uma primeira base de acção duma política pedagógica democrática. No entanto, esta pedagogia de apoio deve começar antes dos 6 anos em jardins infantis generalizados, onde começa uma socialização que favorece o ingresso e a integração na escola primária e determina, em grande parte, o futuro escolar. Nos jardins infantis, sempre que possível, devemos começar um despiste sistemático para agir oportunamente diante de qualquer deficiência e minimizar ao máximo as diferenciações provenientes dos ambientes familiares, também eles determinantes do futuro escolar. Com a diminuição, em flecha, da natalidade nos últimos anos, torna-se necessário, tanto



5 - Curva de natalidade, em Portugal, de 1900 a 1978

não formar mais professores primários para o desemprego, como institucionalizar a sua formação permanente e a reciclagem de parte deles para classes de apoio. Nos últimos anos, o número médio das turmas vem descendo de 34 para 23 alunos, tendo passado o nº de professores de 29 554 para 40 011. No

	Nº de profs. primários	Nº de alunos por prof.	Diferenças de profs para turmas de	
			22,5	25
77-78	40 011	23,1	- 1 481	+ 2 977
76-77	39 844	22,9	- 761	+ 3 299
75-76	38 705	23,8	- 2 281	+ 1 818
74-75	34 592	27,0	- 6 876	- 2 728
73-74	32 020	29,6	- 10 061	- 5 853
72-73	31 312	31,0	- 11 866	- 7 548
71-72	30 444	32,5	- 13 492	- 9 098
70-71	29 554	33,6	- 14 555	-10 144

6 - Relação professor-alunos no ensino primário

próximo quinquênio, a média, por ano, dos alunos da primária será de 177.200 e o nº de professores de, pelo menos, 40 500. A velha sabedoria dos professores primários, confirmada por dados estatísticos, aponta-nos para um terço de crianças com dificuldades de aprendizagem. O que fazer por elas? Continuar a seguir a política de avestruz, chumbando e diluindo os repetentes em classes *normais* à espera que, cansados de marcar passo, chegam à conclusão de que a escola não é para eles? Propomos que, na primária, as turmas sejam de 22/23 alunos para os 2/3 *sem dificuldades de aprendizagem* — o que ocuparia 21.000 professores; e de 7 a 15 alunos para o 1/3 *com dificuldades de aprendizagem* — para o que seriam necessários 19.000 professores-apoiantes, reciclados especialmente para o efeito. Objecções não faltarão. Este método não é mais caro que o actual. Quanto à dificuldade de criar turmas de apoio em escolas de pequenos efectivos, como são muitas escolas rurais, é lá que elas mais se justificam, pelo facto de observarmos aí um índice de reprovações muitas vezes superior a 50%.

Quanto à educação infantil, são necessários mais educadores/educadoras de infância: para 713.000 crianças dos 2 aos

5 anos, para grupos de 20 (!), serão necessários 35.650 educadores/educadoras; temos (em 1978) 1.916. Estamos muito longe do meio caminho andado. Porque não converter as escolas do magistério primário em escolas de educadores de infância?

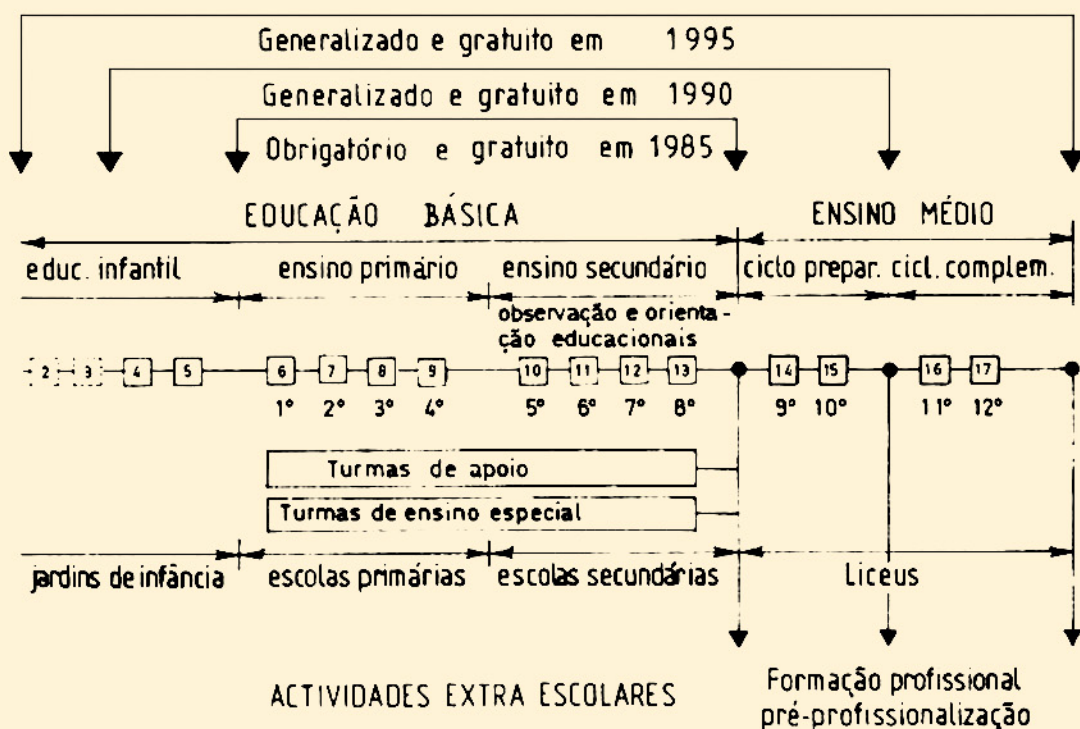
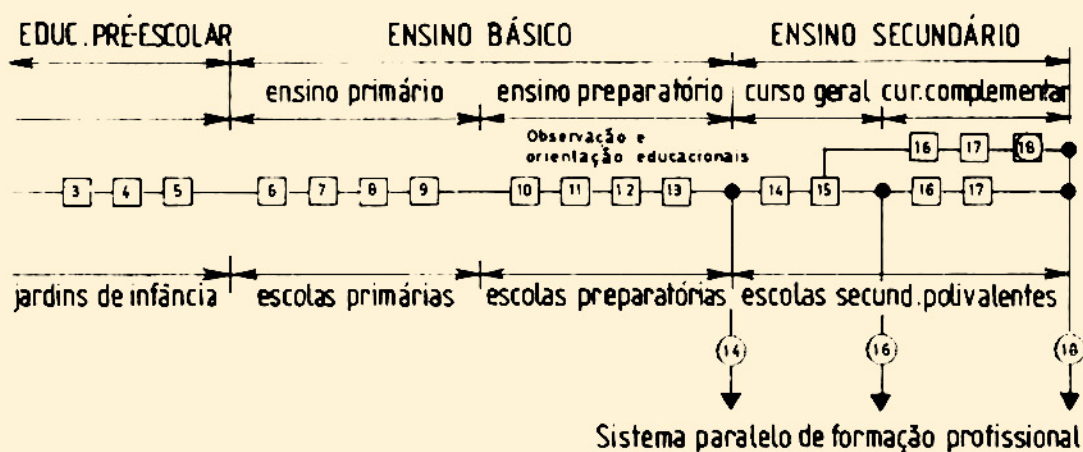
As crianças para as quais a escola não está preparada

Crianças deficientes sempre existiram e talvez continuem a existir, não sendo pelo seu número ou pelo grau das suas deficiências que as sociedades se distinguem, mas pelo que cada uma faz pelos seus deficientes. Salvo factores intervenientes especiais, as percentagens de crianças consideradas deficientes são mais ou menos equivalentes em sociedades do mesmo nível de desenvolvimento. Em Portugal, por falta de estatísticas sobre este assunto, temos de recorrer, como vem sendo hábito, a estimativas. A última, da Divisão de Educação Especial da D.G.E.B./M.E. (D^{ra} Ana Maria Bénard da Costa) considera que, em relação à população da mesma idade, teremos 2,5% de deficientes mentais, 0,25% de deficientes motores, 0,19% de deficientes auditivos e 0,1% de invisuais. O 5º Plano francês, 66/70, estimava no dobro as percentagens das mesmas deficiências. Usando os dois índices, teríamos os seguintes intervalos prováveis numa população de 3.260.000 habitantes dos 0 aos 18 anos (1978):

	Deficientes			Escolarizados		
mentais	2,5	a 5 %	81 500 a 163 000	6 612	5%	
motores	0,25	a 0,5%	8 150 a 16 300	576	5%	
auditivos	0,19	a 0,38%	6 200 a 12 400	1 353	15%	
visuais	0,1	a 0,2%	3 260 a 6 520	887	18%	

7 - Crianças deficientes escolarizadas

Estas deficiências são profundas de modo a não permitir uma escolarização sem apoios pedagógicos apropriados, uma educação especial. Parece muito mais importante encontrar respostas para a maioria das crianças que não são apoiadas, do que discutir a representatividade dos poucos simos apoios que vamos dando neste momento.



V. ESCOLA E INADAPTAÇÃO

Com a participação de 120 pessoas, realizou-se, na Universidade de Aveiro, nos dias 6 e 7 de Dezembro último, um Seminário subordinado ao tema *ESCOLA E INADAPTAÇÃO*, promovido pelo Departamento das Ciências Humanas. Os participantes pertenciam a variadas Instituições situadas neste ramo de actividades, designadamente professores de escolas (preparatórias, secundárias e complementares), Cerci's, professores estagiários, etc..

A primeira lição esteve a cargo do Prof. Doutor João Evangelista Loureiro, Director do Departamento. Tratou das *Carências Afectivas da Criança*. Focou ele o problema das carências afectivas precoces e da sua importância no desenvolvimento psicológico da criança, em conexão com as estratégias educativas a adoptar.

A partir da descrição dum caso concreto duma *criança abandonada*, quando tinha um ano de idade e mais tarde acolhida pela Casa do Gaiato de Loures, foi feito o diagnóstico dos sintomas que caracterizam as crianças afectivamente carenciadas e indicadas algumas medidas pedagógicas adequadas a situações desta natureza. Defendeu-se, a propósito, a tese de que a instituição educativa, quando adequadamente organizada, pode constituir lugar de cura psicológica, exercendo as *mediações pedagógicas* o papel de factores de mudança (cura). Foi dado como exemplo a acção de *reconversão* da criança carenciada que tem sido levada a efeito pelas Casas do Gaiato.

A segunda lição foi dada pelo Prof. Dr. Evaristo Fernandes e versou a *Instabilidade afectiva na criança*. Após uma análise das causas orgânicas, psicológicas, sociais e psicanalíticas da instabilidade e suas contradições nos sistemas de evolução quantitativa, o Dr. Evaristo analisou a educação afectiva como meio terapêutico da instabilidade, as carências afectivas e relação pedagógica, a criança no meio ambiente-familiar, etc..

Três professoras estagiárias apresentaram comunicações sobre *Inadaptação escolar*: foram a Amélia, a Albertina e a Elisa. Segundo elas, as noções de adaptação e inadaptação são, sem dúvida, muito relativas - pois a criança pode estar

adaptada ao meio escolar e inadaptada à escola. Esta inadaptação escolar evoca a ideia de um mau ajustamento entre a criança e a sociedade. Não se pode então falar em inadaptação sem referência ao meio no qual essa inadaptação aparece. É no seio da sociedade que tais crianças surgem como aquelas que não podem ou não querem dobrar-se às sujeições que sobre elas pesam, bem como ao sistema de valores sobre o qual a sociedade fundamenta a sua existência.

É pois, necessário encararmos a criança no presente como indivíduo autêntico e não apenas como adulto incompleto. Talvez por isso o adolescente inadaptado se manifesta mais claramente, porque as motivações se transformaram e correlativamente surge um novo conjunto de sujeições externas. É, portanto, legítimo afirmar que estar inadaptado é um ponto de partida para o desenvolvimento.

Como um dos factores geradores de mau ajustamento, podemos considerar a inibição da criança; inibição essa que por vezes, envolve toda a forma de actividade, incluindo o trabalho escolar, podendo a sua origem estar na acção repressiva dos pais, nas condições de vida urbana e no meio sócio-económico.

O Dr. Meireles Coelho tratou das *Dificuldades Escolares - Sucesso e Avaliação*. A sua exposição teve como base a análise clínico-pedagógica de vários casos que ele próprio vem acompanhando de perto. Uma síntese do conteúdo da sua lição acha-se neste número da Revista.

A orientação dos trabalhos da manhã do dia 7 esteve a cargo de uma equipa do MADI (Movimento de Apoio aos Diminuídos Intelectuais) do Porto, constituída pelo Eng. José Campos e Virgílio Rêu. Usando a linguagem das imagens e dos números, esta equipa sensibilizou profundamente os participantes neste Seminário no que concerne ao alarmante número de crianças diminuídas intelectuais (quer a nível moderado, quer com carácter profundo), à insignificância do número das que estão a ser assistidas, às causas desta deficiência e possibilidades da sua prevenção - as quais rondam os 50% dos casos. Os elementos do MADI apresentaram também as linhas gerais de um plano de cobertura da zona Norte do País no que se refere às várias facetas do problema dos diminuídos intelectuais.

O painel *Criança Inadaptada ou Escola Inadaptada* proporcionou ampla troca de impressões entre os participantes e os palestrantes. Moderado pelo Prof. Doutor Filipe Rocha,

o diálogo permitiu esclarecer ideias, aprofundar conceitos e sublinhar algumas posições das quais podemos destacar as seguintes:

1. As noções de adaptação e inadaptação são muito relativas: uma criança pode estar adaptada a uma situação ou ambiente (por ex., família) e não o estar a outro (por ex., escola);
2. Em rigor, devia falar-se de inadaptação da escola à criança e não da criança à escola - pois é a escola que deve estar ao serviço da criança e não vice-versa.
3. As causas da chamada inadaptação são de índole diversa e nem todas têm origem consciente. Os efeitos, a médio e longo prazo, são tanto mais profundos e duradouros quanto mais cedo se deram os factos que a originaram;
4. Particularmente alarmante é a quantidade dos diminuídos intelectuais, quer moderados, quer profundos - e, em contraste, o número exíguo de instituições (oficiais ou particulares) que os assistem. Estão a ser assistidas cerca de 6.600 crianças intelectualmente diminuídas - quando, em idade escolar, existem em Portugal, mais de 75.000 dessas crianças.
5. Constatou-se a necessidade imperiosa de sensibilizar os pais e os vários estratos sociais para o problema das crianças intelectualmente diminuídas: trata-se de um problema verdadeiramente nacional. Ventilou-se longamente a necessidade e a possibilidade de colaboração entre as CERCIS, as Escolas, a Universidade, o MADI, as Associações de Pais, etc, nesta tarefa sensibilizadora. Insistiu-se na necessidade da criação de um núcleo de pais de crianças deficientes em cada Secretariado Regional de Associação de Pais.
6. A tónica mais insistente foi a necessidade da formação de professores de educação especial a qual deveria permitir a *reconversão* de professores existentes noutras áreas e eventualmente sem trabalho.

Este Seminário teve a apoiá-lo uma exposição de material didático infantil, realizada pela A.S.A.